

ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 12-3-2018.

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Fernanda Melchionna, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol e Sofia Cavedon. Constatada a existência de quórum, a Presidenta declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 050/17 (Processo nº 3078/17), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 013/18 (Processo nº 0207/18), de autoria de André Carús; o Projeto de Resolução nº 001/18 (Processo nº 0177/18), de autoria de João Carlos Nedel. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 173 e 174/18, do Prefeito, encaminhando Veto Total, respectivamente, aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 098 e 084/17 (Processos nºs 0932 e 0823/17, respectivamente). Ainda, foi apregoado documento firmado por Mônica Leal, informando, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, sua participação na solenidade de descerramento da fotografia de Silvana Covatti na galeria de ex-presidentes da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, no dia doze de março do corrente, às quatorze horas e trinta minutos, no Palácio Farroupilha, em Porto Alegre. A seguir, a Presidenta concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Christian Nectoux David, Presidente da Associação Gaúcha de Escritores, que se pronunciou acerca do Programa Adote um Escritor. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Fernanda Melchionna, Adeli Sell, Reginaldo Pujol e Prof. Alex Fraga manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Luciano Marcantônio e Fernanda Melchionna. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinco minutos às quinze horas e seis minutos. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Também, foi apregoado o Memorando nº 002/18, de Reginaldo Pujol, informando, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, sua participação em reuniões nos Ministérios da Cultura, da Educação e do Desenvolvimento Social, nos dias sete e oito de março do corrente, em Brasília – DF. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Rodrigo Maroni e Adeli Sell. Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Ricardo Gomes e

aditado por Airto Ferronato, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação Nominal, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 024/17 (Processo nº 2745/17), com Veto Parcial. Foi votada destacadamente e aprovada a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 16 ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/17, por vinte e cinco votos SIM e cinco votos NÃO, considerando-se rejeitado o Veto oposto, após ser encaminhada à votação por André Carús, Comandante Nádia, José Freitas, Prof. Alex Fraga, Dr. Thiago, João Carlos Nedel, Felipe Camozzato, Marcelo Sgarbossa, Cassio Trogildo, Luciano Marcantônio, Cláudio Janta e Moisés Barboza, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e Não Dr. Goulart, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro e Moisés Barboza. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 25 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/17, por doze votos SIM e treze votos NÃO, considerando-se mantido o Veto oposto, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, André Carús, Cláudio Janta, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum e Rodrigo Maroni. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Adeli Sell, solicitando alteração na ordem de apreciação de emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/17. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 86 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/17, por vinte e um votos SIM e dez votos NÃO, considerando-se rejeitado o Veto oposto, após ser encaminhada à votação por Fernanda Melchionna, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e Não Alvoni Medina, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Paulo Brum e Professor Wambert. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 28 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/17, por treze votos SIM e nove votos NÃO, considerando-se mantido o Veto oposto, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, Tarciso Flecha Negra, Cassiá Carpes e Cláudio Janta, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e Não Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza e Paulo Brum. Deixou de ser votada destacadamente a Emenda nº 54

aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/17, após ser encaminhada à votação por André Carús, Airto Ferronato e Sofia Cavedon, em face da inexistência de quórum deliberativo. Durante a Sessão, Sofia Cavedon manifestou-se acerca de assuntos diversos. Às dezessete horas e onze minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Adeli Sell, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e Mauro Pinheiro e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação Gaúcha de Escritores – Ages, que tratará de assunto relativo ao veto do Prefeito Municipal ao Programa Adote um Escritor. O Sr. Christian Nectoux David, Presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. CHRISTIAN NECTOUX DAVID: Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras de Porto Alegre, começo cumprimentando a todos e agradecendo pelo espaço cedido a nossa Ages, associação que foi fundada há quase 40 anos por expoentes da intelectualidade da nossa Cidade, como Mário Quintana, Luiz Antonio de Assis Brasil e Moacyr Scliar, e que, ainda hoje, representa escritores como Dilan Camargo, Airton Ortiz, Jane Tutikian, Caio Riter, Maria Carpes, Cíntia Moscovich e Luiz Coronel, entre outros de igual calibre.

Nas Sessões Plenárias da semana passada, eu estava sentado ali nas cadeiras e ouvi atentamente tudo o que foi falado a respeito do Programa Adote um Escritor. Quase tudo necessário para que se tome uma decisão a respeito do veto do Prefeito para a Emenda nº 86 já foi falado. Quase tudo. Gostaria hoje de acrescentar um ponto ou dois nessa discussão. Uma questão já unânime na fala de todos, o Programa Adote um Escritor e, na verdade, programas de leitura de uma maneira geral são considerados essenciais. Ninguém comete o crime intelectual de ser contra o livro e a leitura. Bem sabem que a leitura literária é essencial na formação integral do ser humano, e, nos casos dos programas de leitura, na dos alunos. As objeções são de outra ordem. Os argumentos são de que não há dinheiro, de que a Cidade está com dificuldades orçamentárias e de que não existe maneira de acrescentar o valor pedido ao orçamento. Os Vereadores da Frente Parlamentar do Livro e da Literatura – Fernanda Melchionna, Adeli Sell, Reginaldo Pujol e Sofia Cavedon –, juntamente com o Ver. Cláudio Janta, já expuseram essa questão orçamentária. Sabe-se que sempre há dinheiro quando se quer aprovar uma emenda, desde que seja de interesse da maioria, mas, em relação ao Adote, resolveu-se fechar a mão.

Gostaria de ilustrar esse ponto contando o que houve com o Programa Adote no ano passado, o que ainda não foi explicado completamente aqui na Câmara. Em 2017, o dinheiro destinado ao Programa Adote um Escritor estava no orçamento. Em janeiro, houve uma primeira reunião da SMED, que sinalizou que tudo estava *o.k.* com o programa. Em abril, foi dito que o programa seria feito com, talvez, uma ou outra pequena modificação. Durante essas reuniões, nenhuma comunicação: silêncio. Em agosto, foi avisado à Câmara Rio-Grandense do Livro que poderiam fazer o programa, mas que não havia dinheiro para executá-lo, que o fizessem sem dinheiro e sem livros. Vejam só: sem livros. Como disse o nosso associado Airton Ortiz, seria o primeiro programa de leitura sem livros. O que nós fizemos? Mobilização geral da Ages, da AEILIJ, do movimento Sou Adote, das professoras da rede municipal, da comunidade escolar, matérias nos principais jornais da capital, pronunciamentos nas rádios, entrevistas. Em agosto, não havia dinheiro. Em setembro, a Câmara Rio-Grandense do Livro é chamada pela SMED para conversar e recebe a notícia de que, ao invés dos R\$ 900 mil usuais, o programa teria R\$ 200 mil. Alegaram que haviam sido mal entendidos, que o desejo havia sido sempre de conversação e solução. Nesse mês, o programa já estava bem comprometido, mas, com o esforço de toda a comunidade, de todos os professores, dos escritores, da Câmara Rio-Grandense do Livro, de todo mundo, nós conseguimos fazer com que o programa tivesse, pelo menos, uma mínima qualidade. Eu dizia, no início, que o valor de formação do programa é consenso entre os Vereadores, tanto os da situação quanto os da oposição, todos reconhecem o Programa Adote um Escritor como valioso para a Cidade. Mas, acreditem, apesar de ser esta a conversa hoje, não foi assim no ano passado. Temos declarações de vários setores do Governo questionando a validade do programa, que, como vocês já sabem, foi premiado diversas vezes, é um modelo para outras cidades do Brasil e é colocado, no próprio *site* da SMED, como um programa exemplar. No *site* da SMED, inclusive, existe um *link* para o trabalho de conclusão de curso da Prof.^a Giane Zacher, da Faculdade de Biblioteconomia da UFRGS, expondo a eficiência do Adote em formar leitores. Até a luta de reafirmar o óbvio nós tivemos que abraçar no ano passado, mas vamos deixar isso de lado por um momento e vamos falar da emenda.

Ressalto o seguinte ponto: notem que em 2017, em agosto, não havia um tostão, um real, um pila, como nós dizemos aqui, para o programa; e, em setembro, R\$ 200 mil. Magicamente, apareceu dinheiro para o programa! É assim que nos ensinaram que funciona o orçamento do Município. Agora vamos pensar no que está acontecendo este ano, e por que nós queremos a derrubada do veto e a garantia dos R\$ 400 mil conforme a emenda. Quando da composição do orçamento neste ano, não foi incluído o Adote um Escritor, conforme acontecia nos outros anos. Quando da elaboração do texto da emenda, não foi informado pelo Governo a ninguém da Frente Parlamentar do Livro e da Leitura nenhum valor reservado para o programa. Quando a aprovação da emenda aconteceu, não foi avisado que havia qualquer valor para o programa Adote um Escritor. Quando do veto do Prefeito, nenhuma justificativa, e, em nenhum outro lugar, foi falado sobre algum dinheiro destinado para o programa. O que fizemos então? Nova mobilização: a Ages, os professores, os alunos, os intelectuais, presenças nas galerias.

Então, aos 47 minutos do segundo tempo, a Liderança do Governo na Câmara anuncia, na quarta-feira passada, dia 07 de março, que não é necessária a emenda, porque já existem R\$ 300 mil destinados ao Adote. Magicamente, aparecem, de novo, R\$ 300 mil. Nós descobrimos a mágica: mobilização. Não havia dinheiro e, de repente, R\$ 300 mil. Nós não queremos mágica, nós não queremos palavras ao vento ditas numa tribuna, nós queremos os R\$ 400 mil gravados no orçamento através da Emenda nº 86. Por enquanto, nós temos somente promessas arrancadas a cada ano com muita mobilização. Nós precisamos é do valor para o Adote proposto na Emenda nº 86. Marquem os R\$ 400 mil no orçamento, marquem os nomes de vocês na história de Porto Alegre derrubando esse veto, marquem a vida dos alunos, dos professores e dos eleitores de Porto Alegre. Uma criança com um livro na mão não tem espaço para portar uma arma. Uma criança que se satisfaz e se completa com um livro não busca isso nas drogas. Uma criança que se identifica com um personagem, e a história de um livro tem poder, é senhora de sua própria história e pode mudar o destino de carência e risco que a aguarda, se nada for feito. Coloquem livros nas mãos das crianças de Porto Alegre, derrubem o veto à Emenda nº 86 e garantam o futuro dessas crianças.

Para finalizar, eu gostaria de pedir que passassem um pequeno vídeo da neurocientista Suzana Herculano-Houzel, no Fronteiras do Pensamento, para quem ainda não entende, para frisar essa questão.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. CHRISTIAN NECTOUX DAVID: Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Convido o Sr. Christian Nectoux David a fazer parte da Mesa.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

O SR. FERNANDA MELCHIONNA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) O Christian foi mais uma vez modesto quando apresentou a história grandiosa da Associação Gaúcha de Escritores, com o Moacyr Scliar e tantos outros que começaram essa organização dos escritores do Rio Grande do Sul. Ele não se apresentou, é o Presidente da Associação, assim como o Antonio, que é o Vice-Presidente, além de ser um dos escritores mais conhecidos de literatura infanto-juvenil no Estado do Rio Grande do Sul. Além de escritor, também é um militante, um defensor do livro e da leitura. Eu quero cumprimentar a Ages por essa luta, porque o que nós estamos vendo uma desvalorização das políticas de leitura de uma forma global, assim como o perigo com que convivemos, todo o ano passado, de extinguir talvez o melhor programa de leitura da cidade de Porto Alegre. No mínimo, o mais premiado e com uma abrangência que totaliza 15 mil crianças e adolescentes. Essa defesa que a Ages faz, as

bibliotecas comunitárias, os professores da rede, a Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura e outras instituições é fundamental para o presente e para o futuro de muitas gerações de leitores. Hoje é o Dia do Bibliotecário, aproveito para registrar aos Vereadores que não sabem, que também contribuem muito nesta luta em defesa do livro e da leitura.

A Câmara vai votar o veto a uma emenda da Frente, assinada por vários Vereadores: Reginaldo Pujol, Sofia Cavedon, Adeli Sell, esta Vereadora, como Presidente da Frente, apoiada pela maioria da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude desta Câmara de Vereadores, que construiu o Plano Municipal do Livro e da Leitura, junto com a cidadania e que, ao mesmo tempo, tem uma oportunidade ímpar de gravar no orçamento esses recursos. Quero concluir dizendo que no ano passado, mesmo com recurso no orçamento, o Governo tentou até setembro não fazer o Programa Adote um Escritor. Neste ano, começou de novo o debate sem um centavo para a política de leitura no Município de Porto Alegre. A mobilização fez, como num passe de mágica, com que houvesse o pronunciamento de um valor que ainda é insuficiente, mas que é fruto, obviamente, da conquista e da mobilização. Nós queremos não só gravar no orçamento, mas que o Adote um Escritor tenha R\$ 400 mil gravados. Mais do que isso: que se configure cada vez mais como uma política de estado, não uma política de Governo, ele não pode ficar à mercê de trocas, de câmbios, enfim, de políticas que, muitas vezes, acabam desmontando o que foi acumulado no passado. Independente de quem passou, são 17 anos de vários Governos, para muitos dos quais eu fiz oposição, e nós sempre valorizamos o Programa Adote um Escritor como um projeto fundamental do livro e da leitura.

Lembro uma plenária com a Cleci aqui. Tivemos muitas discussões sobre a educação pública, mas nós sempre apoiamos o Programa Adote um Escritor. Nós temos a oportunidade hoje de fazer valer esse recurso no orçamento e, muito mais do que isso, de evoluir o conjunto nessa batalha necessária pelo livro e pela leitura. Parabéns, e conte com a oposição!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Aqui nós construímos coletivamente o Plano Municipal do Livro e da Leitura. Nós temos trabalhado dessa maneira, coletivamente, em defesa do livro, e assim nós continuaremos. Neste ano, nós já tivemos uma vitória em Porto Alegre: a Biblioteca Pública Municipal abre, agora, todos os sábados pela manhã. Mas a garotada da periferia, que deveria ser trazida com ônibus da Carris, ou o Governo fazer parcerias com outras empresas de transporte para trazer a gurizada à Biblioteca Pública, para pegar aquele encanto, não o faz... Não bastasse isso, agora, mais uma vez, vira as costas para o Adote um Escritor, que é um programa que foi construído de uma forma muito

ampla e coletiva na sociedade. Nós não estamos pedindo uma babilônia de dinheiro, são R\$ 400 mil. Nós precisamos de livros, livros à mão cheia, como dizia Castro Alves. E o Governo vira as costas novamente para a cultura, para o livro, para as escolas. Nós batalharemos. Hoje nós vamos mostrar que a força do povo está nos 36 Vereadores. Os R\$ 400 mil para o Adote um Escritor são pouco, mas vamos conquistar no mínimo isso nesta tarde na Câmara Municipal. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. REGINALDO PUJOL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Acho que o seu pronunciamento dando ênfase à importância da leitura numa sociedade culturalmente desenvolvida não nos surpreende pelas suas origens, o que é natural. Eu acredito que hoje devemos implantar essa emenda, que tem criado alguma polêmica na cidade de Porto Alegre, especialmente porque, Sr. Presidente, a mídia tem enfatizado que se trata de uma emenda da Ver.^a Fernanda Melchionna, que, sabidamente, é a primeira signatária da emenda, mas não a única. A Comissão de Educação, Cultura e Esporte, à qual eu pertença, como Vice-Presidente, cujo Presidente é o Ver. Tarciso Flecha Negra, pela sua maioria foi solidária a essa emenda. Nós não aceitamos, Sr. Presidente, essa colocação que nos fazem, e parece que a imprensa tem colaborado muito nesse sentido, de decidirmos, segundo eles, entre o Prefeito Marchezan e a Ver.^a Fernanda Melchionna. Não, a nossa posição é a favor do projeto, um projeto que nós observamos e já tivemos alguns ganhos consideráveis pela garantia que nos dão de que ele, em qualquer circunstância, será mantido, já que o orçamento – e em outra rubrica – prevê o recurso de R\$ 300 mil para ser aplicado na manutenção do programa, que, segundo o Secretário Municipal de Educação, será mantido na educação e será ampliado para as escolas comunitárias do Município.

Não quero me alongar em demasia, ser descortês com o senhor, que não merece, porque veio aqui dizer coisas que soam bem aos nossos ouvidos. O meu pai, que era um homem de poucas letras, o grande presente que ele me deu foi, quando eu tinha dez anos de idade, uma coleção da Seleções Reader's Digest, porque era melhor que eu lesse aquela Seleções Reader's Digest, hoje já esquecida, do que ler um gibi, que era o que todos os meus colegas pretendiam. A leitura é boa, é necessária, é fecunda, deve ser mantida. Se tudo o que está aqui acontecendo não for suficiente para que outros objetivos se consigam, um vai garantir: a vontade política da Câmara, que é aprovar e apoiar este projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dizer para o conjunto dos Vereadores que, em nome da oposição – pedi o espaço de Liderança para o Ver. Sgarbossa, que é o nosso Líder da oposição –, nós consideramos este tema extremamente importante. O relato que o Christian nos traz nos lembra o que aconteceu no ano passado. Talvez ainda não tenhamos conseguido mostrar ao Governo o tamanho, a dimensão, o impacto e a importância deste programa, o quanto ele não é um evento pontual, que se organiza no mês de setembro para o mês de novembro. Ele é um processo de ano inteiro, é um processo que conduz o trabalho de literatura da grande maioria das escolas municipais o ano todo, porque, desde o planejamento da escola no início do ano, a definição com os alunos, com os coletivos de ciclos sobre qual autor vão trabalhar, a compra do livro, o trabalho de leitura e de diferentes formas e suportes para a leitura, o fato de construir para diferentes níveis de ensino, idades, estratégias para se aproximar dos livros, escolher livros, é preciso ter um *élan*, uma apropriação e um planejamento, inclusive, da visita do escritor, isso demanda uma antecipação muito importante. O fato de este ano aparecerem os recursos só depois de movimentos importantes que a Frente Parlamentar fez – Ver.^a Fernanda, Ver. Adeli, Ver. Pujol, Vereadores e Vereadoras, a CECE – Comissão de Educação, e vários outros Vereadores, antecipando o debate, fazendo com que a Secretaria Municipal de Educação e a da Cultura possam responder a esse programa, já é uma grande vitória. É uma vitória no sentido de garantir, de fato, o formato do programa; de fato, que ele seja parte do currículo da escola, porque esse é o sonho de quem está investindo no Adote um Escritor todos esses anos. Não é apenas vender livros, não é apenas garantir o espaço de um escritor, ou garantir público na Feira do Livro; muito pelo contrário! É garantir que a entrada na educação tenha o cuidado, a aposta e a potencialização que um programa como esse propicia.

Eu quero desmanchar um outro mito que, no início, nós ouvíamos muito: “Ah, as editoras, os livros, os livreiros, os escritores querem só vender livro. Querem esse dinheiro, porque querem fazer um comércio através do Adote um Escritor”. Eu acho que todos nós recebemos uma carta da Editora Projeto, a Annete Baldi mandou para todos os Vereadores e Vereadoras, eu recebi. Eu quero lembrar que a Editora Projeto tem 26 anos e é uma editora que é muito adotada, os autores que ela publica. Ela publicou que, no seu orçamento, nesses 17 anos do Adote um Escritor, a editora obteve R\$ 53 mil, Fernanda! Isso significou 0,26%, senhores, senhoras, da receita da editora. Ou seja, a editora não vive do Adote um Escritor. Eu imagino que seja a realidade de todas as editoras. A editora aposta, investe nesse maravilhoso proporcionar o livro e a leitura, e vejam o quanto rende a multiplicação, escreve a Diretora Annete: “Foram 2.591 livros vendidos pela Editora Projeto nesses 17 anos”. Ela aposta na multiplicação, que significa todos esses professores terem lido todos esses livros, todos os alunos que leram, que se aproximaram, que manusearam, e o acervo maravilhoso que vem compor as escolas numa caminhada cumulativa, enriquecedora do patrimônio cultural dos alunos, dos professores e das professoras.

Este não é um pequeno projeto, porque alguns diziam aqui: “Ah, mas esse valor enorme, as nossas emendas são pequenininhas”. Esse não é um pequeno projeto,

Ver. Paulo Brum, e peço o apoio do PTB, é um enorme projeto! São 96 escolas, e, agora, a Prefeitura vai estender às creches comunitárias, são 226 instituições comunitárias conveniadas. Que bom que vai estender, mas é preciso investir em recursos, porque, sem o suporte do livro, não tem como fazer um projeto com a riqueza do Adote um Escritor. Se tem dinheiro bem gasto, se tem dinheiro bem aplicado, é na literatura, é no livro, na leitura, com o carinho, o cuidado, o apreço e a rigorosidade pedagógica com que é assumido e desenvolvido o Adote um Escritor. Vamos apoiá-lo.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero registrar aqui a posição, como Vice-Líder do Governo, de que não está em discussão a qualidade, o mérito, a importância deste projeto para o Governo Municipal, tanto que, nesta Gestão, assim como nas gestões passadas, foi mantido o recurso, e o projeto está em pleno desenvolvimento. Não está em discussão a importância do projeto, a importância da educação, da cultura pelo Prefeito, pelos Vereadores, pelo nosso Secretário Municipal de Educação, que tem se destacado pela coragem de enfrentar paradigmas, o que, há muitos anos, infelizmente, não vinha sendo feito. Hoje, graças às medidas pedagógicas dialogadas com os diretores das escolas, com o Conselho Municipal de Educação, foram construídas mais horas/aula para os alunos em matemática e português, mais horas para o aluno dentro da sala de aula. Nós estamos num caminho muito bom em Porto Alegre em relação à educação, aplaudido por formadores de opinião e pela maioria dos Vereadores desta Casa. Este projeto Adote um Escritor é muito importante. Foi mantido em 2017 e será mantido em 2018, com mais recursos. A questão da emenda proposta pela Comissão de Educação é puramente técnica. O veto é puramente técnico. São dez vetos em mais de 150 emendas feitas por esta Casa, apenas dez vetos do Prefeito Marchezan em relação a mais de 150 emendas que esta Casa fez e que não foram acordadas, um é para o projeto Adote um Escritor. Este veto, como outros que não foram acordados, é porque a fonte é imprópria, é um veto técnico. A fonte é de verba de publicidade obrigatória, ou seja, mesmo que o Governo quisesse dar, nós estaríamos ferindo a Constituição. Qualquer pessoa que entrasse com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade ia anular esse recurso, nós estamos trabalhando com uma verba ilusória, não existe essa verba! Infelizmente, vocês estão trabalhando com base numa verba ilusória. Eu respeito o movimento social, respeito vocês estarem presentes, esta Casa é de vocês, vocês têm que vir mesmo protestar e reivindicar, mas essa verba é uma ilusão, ela nunca vai acontecer, porque ela, legalmente, é impossível de ser aplicada no projeto Adote um Escritor.

O Secretário de Educação, conversando conosco, Vereadores, conversando em conjunto com o Prefeito Marchezan, se propôs a potencializar, a dar transparência, a dialogar com os Vereadores, para que nós possamos ter um projeto Adote um Escritor

melhor ainda do que ele está propondo! Ele não é o senhor da razão e ele está aberto para dialogar, para nós potencializarmos mais este projeto e darmos até mais transparência para a sociedade, para os Vereadores, do que é o projeto. Vamos potencializar esse projeto. Mas quanto a essa emenda, a orientação do Governo, com todo respeito a vocês, por uma questão técnica, é para que nós mantenhamos o veto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu ouvi atentamente o Ver. Luciano Marcantônio falando em nome da Liderança do Governo. Vereador, três temas são importantes. O primeiro deles é que a única ilusão seria acreditar piamente no Governo, sem ver tudo o que aconteceu no ano de 2017. Em 2017, o Governo Marchezan quase acabou com o Adote um Escritor. Não acabou porque houve mobilização nas praças, porque houve mobilização nas escolas, porque houve mobilização na Feira do Livro, porque houve mobilização na Câmara de Vereadores. Em setembro do ano passado, foi liberada uma verba insuficiente, porque o Governo não está aumentando a verba. O Vereador falou de 200 para R\$ 300 mil. No último ano, quando a Secretária era a Cleci, mas isso foi uma marca de 17 anos, esse projeto é um projeto de leitura, independente de Governo, inclusive a Ângela, a criadora do programa, está aqui conosco. Lá em 2002, faz dias que eu nominar, porque a ideia foi dela, junto com outros e outras, claro, foi R\$ 1 milhão. O que o Governo fez foi quase acabar com um programa de leitura. O ano passado não acabou porque houve uma mobilização muito forte que conquistou uma verba insuficiente, mas, óbvio, parte da mobilização.

Nós estamos em 12 de março de 2018, e, até segunda-feira, não tinha um centavo dedicado ao Adote. As entidades pedindo reunião com o Governo, os professores pedindo a lista nas escolas, e nada foi encaminhado. Até que a mobilização aqui, na Feira do Livro, de novo, nas escolas, nos jornais fizeram com que houvesse um gesto por parte do Governo, que, por enquanto, são só palavras. O ano passado, estava salvo no orçamento, e este ano não está salvo no orçamento! O Governo ignorou a existência do Adote um Escritor. Mais do que isso: não existe percentual obrigatório de verba de publicidade. Ao contrário, o conjunto das emendas retira 40% da verba de publicidade, com emendas minhas, da Ver.^a Mônica Leal, de outros Vereadores e outras emendas. Inclusive o Adote não é nem 0,05% da verba de publicidade! Agora, alguém pode me convencer de que é mais importante comprar propaganda na televisão do que comprar milhares de livros para 15 mil crianças e adolescentes? Vai ser difícil! Se a gente tivesse tirado da saúde, da educação, da assistência social, bom, seria um debate a ser feito: de onde saem os recursos para financiar a leitura. Se a gente tivesse tirado da reserva de contingência, o Governo teria dito que, se acontecesse uma intempérie, não

teria recursos. Agora, da publicidade, diz que aí não vai sobrar dinheiro para a publicidade! O princípio da publicidade é obrigatório, mas não o uso de verbas públicas na publicidade. Inclusive, com redes sociais e com muitas outras coisas que se podem fazer em parceria, eu sugeriria ao Prefeito que, em vez de fazer coquetel lançando um filme *fake* de Prefeitura nos bairros, que foi amplamente criticado pela população, que faça campanhas educativas. O Vereador falou na semana passada: “Que bom, foi uma parceria”, etc., etc. Bom, então vamos fazer para discutir os pontos de estrangulamento na cidade de Porto Alegre, a insuficiência no modelo de saúde. Nós vamos receber o povo da Timbaúva daqui a pouco, que tem uma verba salva para ampliar o posto de saúde, e que o Governo não quer buscar! Então, não nos digam que dinheiro não tem! Nós tanto entendemos o debate da crise que nós diminuimos o valor da emenda. No último ano, em 2016, sem correção inflacionária, o programa era de R\$ 1 milhão, a nossa emenda é de 40%; a política do Governo era zero e agora é 30, sem estar salvo no orçamento. Nós achamos que a Câmara pode dar uma resposta, e eu gostaria mesmo, queria concordar com o Ver. Cassiá Carpes, que fez uma intervenção muito correta na semana passada. Por que não o Governo ceder de 300 para 400, e nós todos derrubarmos o veto, mostrando um grande apoio da Câmara de Vereadores ao livro e à leitura, e um compromisso com a cidade de Porto Alegre, com a manutenção do programa. Mas o Governo prefere se chocar. Prefere – inclusive, eu quero concordar com o Ver. Reginaldo Pujol – fazer fraseologia de que a emenda é minha, ou de que a emenda é da oposição. Essa emenda é da Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura, que é da cidade de Porto Alegre, assinada pelo Ver. Pujol, pela Ver.^a Sofia, pelo Ver. Adeli. É emenda da Comissão de Cultura e Educação da Câmara de Vereadores, é uma emenda... Durante muitos anos, tanto as do Plano Municipal do Livro e da Leitura como essa foram assinadas por amplas partes de bancadas. Eu lembro bem que o primeiro questionamento que eu fiz ao Governo, do Adote, o Matheus Ayres, que era Suplente de Vereador da bancada do PP, assinou conosco, pedindo a manutenção do Adote. Então quem está tratando de grenalizar o tema do livro e da leitura não é a bancada de oposição. A bancada de oposição, ao contrário, apoia e incentiva, Ver. Adeli Sell, frentes parlamentares que têm compromisso social, que têm compromisso com as causas do livro e da leitura, que têm compromisso com a ideia de desenvolver a educação, e esse foi o espírito da emenda que nós esperamos que a Câmara derrube hoje, garantindo a gravação desse recurso no orçamento.

Por fim, não se podem repetir coisas que não são verdadeiras e passar como se fossem verdades. Na verdade, a proposta de alteração de rotina escolar diminui o tempo dos professores com os estudantes.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, Sr. Christian David, grande abraço, eu o conheço faz muito tempo, talvez não se lembre de mim, trabalhei com a sua esposa, Simone, no Colégio Americano, e meu filho foi colega da sua filha numa escola de educação infantil no Menino Deus. Eu gostaria de parabenizar o trabalho de todos vocês, autores gaúchos, que, muitas vezes, não têm espaço suficiente para divulgar suas obras. Gostaria de fazer uma analogia – e agradeço a cedência do tempo pelos meus colegas de bancada do PSOL, nosso partido: quando eu optei por me inscrever no vestibular para um curso de ciências biológicas, a minha intenção era pesquisar genética. O estudo da área ambiental não estava entre as minhas perspectivas. Eu só comecei a tomar mais gosto e ciência da importância dessa área depois que tive um contato direto com José Lutzenberger, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Aquilo me cativou, aquilo me sensibilizou. Esse contato foi fundamental para a minha pessoa, para a minha formação como indivíduo, como cidadão e despertou a minha responsabilidade com relação ao planeta em que vivemos, da mesma forma que as nossas crianças são sensibilizadas pela presença de vocês, autores, no interior das escolas. Substituir o programa Adote por um aplicativo chamado Elefante Letrado, como quer fazer o Prefeito e o seu Secretário de Educação, não é só um erro, é uma estupidez. Na periferia, onde estão as nossas escolas da rede municipal, um livro pode chegar; um *tablet*, um celular de último modelo dificilmente chegarão. Portanto, os livros são o veículo, são a porta que nós vamos usar para chegar até essas crianças e despertar nelas o gosto pela leitura. Esse gosto pela leitura pode mudar destinos, pode alterar vidas, e é isso que nós estamos aqui defendendo, defendendo o programa Adote, defendendo a presença de vocês, para que sirvam de exemplo para o futuro da nossa Cidade. Um grande abraço, e parabéns pelo teu trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Agradecemos a presença do Sr. Christian Nectoux David, Presidente da Associação Gaúcha de Escritores. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h05 min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro – às 15h06min): Estão reabertos os trabalhos.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo o Memorando nº 002/18, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Cultura das Capitais e Municípios Associados, no dia 07 de março; e também a participação em audiências nos Ministérios de Educação e Desenvolvimento Social, no dia 08 de março, em Brasília, Distrito Federal.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Vereadores e Vereadoras, colegas da Câmara, Presidente Mauro, público que nos assiste nas galerias e pela TV Câmara; Adeli, tu que foste talvez até anterior à Ver.^a Lourdes Splenger, que foi a primeira Vereadora eleita da causa, lá nos anos 2000, quando eu era ainda um jovem, tu já tocavas nos temas da causa animal. Houve um caso em Porto Alegre há cerca de um mês, e é um dos grandes problemas que temos, em relação à fiscalização das *pet shops*. No ano passado, eu apresentei aqui, e já tinha sido apresentado, porque os projetos dos animais, muitas vezes, se repetem... Muitas pessoas não têm a realidade do que é a maior parte das *pet shops*, o que acontece lá dentro com seus animais: espancamentos, animais que apanham, animais que mordem e, muitas vezes, não há quem conduza os animais dentro das *pet shops* com profissionalismo, com formação. Ocorreu um fato inusitado lá no Lami, Comandante Nádia, onde uma senhora, dita cuidadora, porque são milhares, não têm nem CNPJ, nem nada, fez a castração de um animal, literalmente, sem dar anestesia, amarrando o animal e fazendo “no pelo”, vamos dizer assim, arrancou os testículos do animal “no pelo”. Talvez alguns de vocês que acompanham a causa animal saibam que nada aconteceu com essa senhora. Tudo isso foi movido por dois fatos. Não só pelo fato de o animal ser um vira-lata e por ter entrado no pátio dela, onde ela tinha um pit bull, mas também por homofobia, porque os donos dos vira-latas são um casal de *gays*. Graças a Deus, esse animal resistiu e retornou aos seus donos, que ficaram com medo de fazer a denúncia, porque essa senhora não só fez essa castração arrancando os testículos, mas também foi intimidar esse casal de homossexuais proprietários do vira-lata.

Eu digo isso porque, lamentavelmente, a gente sabe que ocorrem muitos crimes no Brasil contra os animais. Hoje eu recebi mais um, da cidade de Morrinhos, onde o indivíduo matou com uma espécie de anzol, com um metal, com um ferro e pendurou, por crueldade, um cão pelo pescoço. O grande problema que nós enfrentamos sabem qual é? Assim como o caso dessa senhora, quando são identificados os indivíduos – aqui nós temos representantes da Polícia Militar, e tem muitos colegas seus, Ver.^a Nádia, da Polícia Civil, que me ajudam –, acaba virando um inquérito e um arquivamento. Essa senhora foi chamada pelo Ministério Público e sequer foi intimada a ter obrigatoriedade de comparecimento, ou seja, ela vai se ela quiser. No caso, não foi, naturalmente, para deixar morrer como um arquivo.

A nossa luta pelos animais se torna muito difícil. Por isso, muitas vezes, eu comento o quão importante é as pessoas terem sensibilidade. Também é importante, literalmente, expor o rosto dessas pessoas por todos os caminhos, seja pela internet, seja

fazendo denúncia para os vizinhos, porque o único caminho que nós temos é o constrangimento público. A partir do constrangimento público, essa senhora tentou se retratar de ter feito essa castração. Assim como todos os assassinos, pessoas que são gravadas estuprando animais, ou que espancam, batem... Isso tudo só se limita a partir da internet. A grande cadeia dos animais hoje são as pessoas de coragem que fazem denúncias – já que os animais não falam –, o vizinho, alguém que presenciou. Esses fatos são reais, são diários. Para essa senhora, como para esse indivíduo de Morrinhos e para as centenas de indivíduos que cometem crimes contra os animais, eu só tenho um desejo, seja como Vereador, protetor ou estando longe da política, que é morrer vendo leis em que os animais não serão considerados objetos. O Cecchim até fez uma para os animais de guarda. Uma lei que dê cadeia, porque, até hoje, em toda história do Brasil, há indivíduos presos por estupros, por assassinatos, há indivíduos presos por roubar uma batata por ter fome, por tráfico, mas não há um indivíduo sequer, em nenhuma cadeia do Brasil, preso por crime contra animais, nenhum! No ano passado, eu fiz esse levantamento, porque eu queria achar um para ter de exemplo. Não há um sequer, por maior brutalidade contra um animal, que tenha sido preso. Nós temos algumas centenas de anos e nenhum exemplo para citar. A questão racial avançou, das mulheres avançou, dos *gays* avançou; há machismo, há homofobia, há racismo, mas para os animais nada avançou. Está igual como se estivéssemos em 1600, 1700. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, dos Vereadores Aldacir Oliboni, Sofia Cavedon, Marcelo Sgarbossa, quero aqui dizer da nossa indignação com o tratamento que o Executivo dá, em primeiro lugar, a esta Casa com esse conjunto de vetos, alguns, inclusive, negociados com a base do Governo, outros não, a bem da verdade, e também para alguns setores da sociedade. Daqui a pouco, vamos debater a cultura, a questão do livro; sobre os recicladores, que fazem um trabalho importante, porque o Poder Público não dá conta e tudo que é feito por esse setor não foi contemplado, assim como a nossa Guarda Municipal. Os empresários dão R\$ 14 milhões para equipar a Guarda e a Brigada Militar e nós não temos R\$ 1,4 milhão para internalizar um conjunto de Guardas Municipais na Prefeitura.

Não bastasse isso, o tratamento que foi dado, mais uma vez, ao transporte coletivo de passageiros. Nós fizemos um debate hoje na TV Câmara, e para mim, fica evidente uma coisa: é preciso rediscutir todo o sistema! Porque a forma como estão organizadas hoje as linhas de ônibus, o contrato que foi feito, numa condição, e que logo em seguida se muda, com uma resolução do Comtu, é completamente inconcebível mexer em contratualizações desse jeito. Dá uma insegurança brutal: a população já não pega ônibus, caminha; há linhas acavaladas... Sugestões dadas à Prefeitura, e nenhum

retorno efetivo sobre essa questão da reestruturação do transporte coletivo de passageiros. Nós devíamos estar discutindo todos os projetos, ônibus, táxis, aplicativos, tudo conjuntamente. Nós vamos ter uma crise daqui a seis meses, pode ser necessário fazer uma intervenção no sistema. Talvez seja isso que o Governo queira, porque ele falou, na semana passada, em doar a Carris. Só quero avisar, que, pelo nosso Direito Administrativo, o gestor público não pode doar absolutamente nada. Precisa fazer essa doação, através de lei, e quem faz essa lei é a Câmara Municipal. Só para avisar. Não pode fazer a *manu militari* absolutamente nada!

E tem outra coisa, não é só a Câmara, a população está atenta a essa questão dos ônibus. Se nós começamos a deixar que o sistema entre em colapso, é evidente que depois que se faz qualquer coisa numa crise dessa magnitude.

Não bastasse isso, nós estamos vendo a lentidão, a brutal lentidão em atendimento de demandas essenciais. Foram alardeados, há duas semanas, os novos contratos de capinas e de roçagem na Cidade. No entanto, a situação tomou determinadas proporções que é muito difícil o Governo recuperar, se não tomar outras medidas, e deverá tomar medidas emergenciais.

Outra questão: fala-se em operação tapa-buraco. Eu não vejo tapar buracos na Cidade. Só vejo mais buracos surgindo, inclusive, vídeos viralizando na Internet, com pessoas plantando flores e folhagens em buracos na Cidade. Isso é uma indecência! Porto Alegre começou um processo de retrocesso e de regressão já em 1970, no dia 8 de março, às 20h30min, quando o último bonde parou no centro de Porto Alegre. Esse é o marco divisor entre a modernidade de Porto Alegre e a modernidade suspensa e, hoje, em total regressão, Ver. Oliboni, em total regressão. Não bastasse isso, a última que fiquei sabendo atinge o Morro da Cruz, atinge a Zona Leste, atinge Porto Alegre, que é a falta de recurso para a procissão do Morro da Cruz, isso é uma vergonha, isso é uma indecência. Uma festa popular, religiosa – aqui não está em discussão o credo A, o credo B, porque, afinal de contas, nós somos um estado laico –, que faz parte do calendário oficial, isso faz parte das efemérides da Cidade. E nós não podemos aceitar que não haja recurso para uma atividade como essa que é feita há tantos e tantos anos no Morro da Cruz. Hoje, nós pelearemos aqui para termos um orçamento digno para o progresso e necessidade da inclusão social, econômica, da cidade de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro – às 15h20min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O SR. RICARDO GOMES (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 342/17 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje e que seja priorizado na próxima Sessão.

O SR. AIRTO FERRONATO (Requerimento): Sr. Presidente, como os três primeiros são Vetos e o quarto é um Requerimento de minha autoria, gostaria que na priorização da próxima Sessão o meu continuasse logo após os Vetos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento acordado pelos Vereadores Ricardo Gomes e Airto Ferronato, solicitando que sejam priorizados na próxima Sessão os projetos para votação na seguinte ordem: em primeiro, o PLL nº 182/16; logo após, o Requerimento nº 178/17, o Requerimento nº 028/18 e o PLL nº 342/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO NOMINAL

(encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 2745/17 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 024/17, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2018.

Parecer:

- da **CEFOP**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela manutenção do Veto Parcial.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigesimo dia: 02-03-18 (sexta-feira).

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação a Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 16 ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 16 ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial, como autor.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu não vou me repetir neste tema, até porque nós já tratamos dele na discussão sobre o Veto Parcial à Lei Orçamentária de 2018. Todos nós, Vereadores, e a comunidade porto-alegrense somos sabedores da necessidade de se ampliar o efetivo da Guarda Municipal, e nos favorece a condição de um concurso já realizado, com 290 aprovados aguardando nomeação. Nós somos sensíveis,

naturalmente, à realidade financeira do Município, e eu não considero que essa seja uma emenda demagógica ou que jogue para a torcida, porque a realocação dos recursos que nós identificamos para instruir a emenda foi justamente no limite daquilo que pode fazer o Município. Também foi reconhecido pela Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, no seu relatório, e aprovamos esta emenda no final do ano passado. Chegamos a este veto. E vou aqui reconhecer porque faço justiça repetindo este argumento: acho que foram poucos até os vetos nas emendas ao Orçamento deste ano, reconhecendo a qualidade do trabalho técnico e político que os Vereadores fizeram na elaboração de seus trabalhos. Mas existem outras emendas, em temas fundamentais, que envolvem políticas públicas e medidas que são próprias do Governo Municipal; então nós temos que derrubar alguns vetos, e este Veto à Subemenda nº 01 à Emenda nº 16 é um deles. Na medida em que nós possibilitamos a destinação de recurso para chamar mais Guardas Municipais, eu vou fazer coro aqui ao que diz o nosso colega Ver. José Freitas, que, na gestão anterior, foi Secretário Municipal da Segurança e conhece essa realidade. Nós temos já, sim, Guardas Municipais com idade avançada. Nem todos eles têm condições de colaborar na promoção da segurança pública, em parceria com o Governo do Estado. E nós temos um programa que o Governo do Estado lançou, e Porto Alegre foi pioneira em aderir, que é Programa SIM, o Sistema Integrado Municipal. Essas ações que estão ali previstas pelo SIM precisam do apoio da guarda e, sem o aumento do efetivo, isso não é possível. Às vezes, eu vejo o Governo vindo aqui contestar, com a legitimidade que tem, determinadas emendas, qualificando-as como demagógicas. Esta não é, porque nós não comprometemos na inteireza os recursos para material permanente. Li hoje no Jornal do Comércio que uma fonte da Guarda Municipal, tão fidedigna que é, que sequer se identificou no jornal, disse que esse recurso para nomear os cem guardas vai comprometer até a compra de uniformes. Mas isso não é verdade! Tem 55%, mais de R\$ 2 milhões do recurso inicialmente previsto, mesmo com a nossa emenda, para essa finalidade. Então não compromete em nada. Se o Governo entende que não deve, bom, então justifique que é um veto técnico. O Ver. Luciano veio aqui, em relação à outra emenda, fez essa justificativa, mas eu entendo que governar é eleger prioridades, e não há prioridade maior que repercute na saúde, na qualidade de vida, na preservação do ambiente urbano do que a promoção da segurança pública, e aumentar o efetivo da guarda é uma dessas prioridades que nós estamos trabalhando. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 16 ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Ver. Mauro Pinheiro, Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos assiste; vou usar o tempo da nossa bancada, o PMDB, para os encaminhamentos quanto a este veto, dizendo que o PMDB

entende que segurança é prioridade, que numa Cidade em que os porto-alegrenses clamam por segurança, que todos os dias abrimos os jornais e vemos barbáries acontecendo, não podemos nos eximir de dizer, sim, que pessoas uniformizadas, como são os Guardas Municipais, tendem a trabalhar em conjunto com a Brigada Militar e a Polícia Civil, fazendo um trabalho qualificado. Com todas as dificuldades do Governo do Estado, o Governador Ivo Sartori chamou os concursados. Pedimos também para que o Prefeito, com todas as dificuldades que sabemos que existem na Prefeitura Municipal, chame os concursados da Guarda Municipal. Sabemos que para ir a um posto de saúde, para ir à escola, para ir à padaria, para ir a qualquer lugar da Cidade, as pessoas necessitam de segurança. É isso, Ver. Oliboni, que nós queremos: segurança para os porto-alegrenses, segurança para que eles possam, sim, andar pela Cidade e ter garantida a sua vida. Nós aqui, neste plenário, aprovamos o aumento das atribuições da Guarda Municipal, fazendo com que fossem mais capazes, mais pró-ativos também nas fiscalizações que são prementes, na segurança, e, a partir dessa ampliação de atribuições, precisamos mais pessoas nas ruas. Por isso, viemos aqui pedir a derrubada do veto, para que esses homens e mulheres concursados, aprovados num concurso que ainda está valendo, sejam utilizados como Guardas Municipais aqui de Porto Alegre. Sabemos que o Município é o primeiro detentor da segurança dos munícipes, não podemos esperar apenas do Estado do Rio Grande do Sul essa contrapartida, e sabemos da capacidade dos nossos Guardas Municipais, do quanto são desenvolvidas as suas habilidades e o quanto eles têm a oportunizar para os porto-alegrenses. Por isso viemos aqui dizer “sim” à Guarda Municipal. Queremos segurança em Porto Alegre e vamos derrubar este veto. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 16 ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. JOSÉ FREITAS: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; colegas Vereadores, público que nos assiste; eu vou ser até repetitivo, porque, semana passada, eu usei a tribuna para dizer que jamais eu poderia votar contra esta emenda, porque quando eu passei pela Secretaria de Segurança, fui eu que encaminhei esse concurso. E a gente sabe o quanto Porto Alegre clama por segurança, o quanto a Guarda Municipal está se qualificando a cada dia para trabalhar em prol da população gaúcha em relação à segurança e várias outras áreas de atuação da Guarda Municipal, em parceria, também, com os órgãos de segurança. Como falou aqui o Ver. Carús, eu acho que o Governo Marchezan tem que priorizar algumas coisas em relação à Guarda Municipal, como o chamamento desses concursados. Diga-se de passagem, eu falei isso pessoalmente para o Prefeito outro dia, é uma turma muito qualificada que está esperando para ser chamada, e a maioria já vem da área da segurança. E rogamos a Deus que esse concurso não expire sem que venham a ser chamados esses homens e

mulheres que estão aguardando. Fora isso, é sabido que grande parte os guardas estão com idade de pegar o seu bonezinho e ir para casa. Eu não tenho dúvida nenhuma de dizer que 50% da Guarda Municipal já tem idade de ir para casa. Então é fundamental que venham a ser chamados os concursados, e podem contar com o voto deste Vereador. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 16 ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os nossos trabalhos na tarde de hoje, público que nos assiste pela TVCâmara, Vereadores e Vereadoras. Eu serei bastante breve, porque nós temos ainda muitos vetos para discutir e votar nesta tarde, mas venho encaminhar a votação desta emenda em nome da minha Bancada, do PSOL. Portanto, falando em nome do Ver. Roberto Robaina e da Ver.^a Fernanda Melchionna, o nosso apoio à emenda ao Orçamento encabeçada pelo Ver. André Carús, que grava no Orçamento de 2018 desta Cidade verba para nomeação de agentes da Guarda Municipal. Como muitas vezes foi mencionado nesta tribuna pelos Vereadores que me antecederam, é uma necessidade, é o desejo da população de Porto Alegre pelo menos minimizar essa sensação de insegurança que assola todos os cidadãos desta Cidade, e, por conta disso, a nomeação de um maior efetivo para a Guarda Municipal, que são os nossos agentes, aqueles indivíduos que vivem aqui, que estão no dia a dia trabalhando e interagindo com a população têm tudo para qualificar a prestação desses serviços aos cidadãos de Porto Alegre. Eu gostaria também de destacar a presença incansável dos aprovados no concurso da Guarda Municipal, que novamente se fazem presentes. E eu falo isso para reiterar a posição de que, sim, existe desejo, existe interesse por parte dos aprovados. Eu uso este espaço para afirmar categoricamente ao Secretário de Segurança que se manifestou em veículos de comunicação de massa, afirmando que teria que sondar se há ainda interessados em ocupar esses postos, que sim, existem interessados, vários estão aqui acompanhando essa votação; portanto, Secretário, aprovado o orçamento, destacada essa verba para a nomeação, peço que isso seja feito o mais breve possível, tanto para contemplar os nossos cidadãos, que precisam e clamam por mais segurança, quanto para qualificar e aumentar o efetivo da nossa valorosa Guarda Municipal. Um grande abraço a todos. Espero que tenhamos aprovação dessa emenda importante para a nossa Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 16 ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. DR. THIAGO: Quero reiterar o que já disse na época da votação da emenda e da subemenda; falei na última discussão sobre o projeto como um todo a minha posição: sou favorável à aprovação da emenda e da subemenda. Eu penso que todo recurso que pudermos destinar à saúde e à segurança deve ser destinado.

Vejo o pessoal da Vila Timbaúva se deslocando para esta Casa na busca por uma interlocução no sentido que possa ser aproveitado um recurso federal, destinado por emenda parlamentar, ao Município de Porto Alegre. Então, quero dizer, em alto e bom som, que esta Casa deve fazer todo o esforço no sentido de empenhar o máximo de recursos nestas duas situações: saúde e segurança, assim como na educação – situações prioritárias à população. Em 2013, Ver. José Freitas, Vossa Excelência, era Secretário de Segurança do Município de Porto Alegre, e nós, à frente desta Casa Legislativa, eu como Presidente, tivemos a possibilidade de celebrar um conveniamento direto com a Secretaria de Segurança, com o senhor, e nós pagamos, naquela oportunidade, em contrapartida aos servidores da Guarda que prestam serviços a esta Casa, ao gestor público municipal em equipamentos. Naquela oportunidade, nós acabamos, ao final do ano, podendo renovar em mais de 20% a frota da Guarda Municipal, porque a Câmara não poderia pagar em espécie ao mesmo órgão que a Prefeitura que destinou os recursos ao escalamento, mas poderia celebrar um convênio e retornar em equipamento para que a Guarda Municipal pudesse ser mais equipada e trabalhar de uma forma melhor.

Então, esse tipo de parceria, de recurso e esses servidores vindo para cá acabaram sendo valorizados, sendo até melhor remunerados e custando menos para os cofres públicos menos, porque custaram menos do que se a Câmara Municipal fizesse uma licitação e contratasse pessoas de fora. Então nos retroalimentamos: Executivo e Câmara Municipal. Eu quero reiterar a minha posição de valorização aos servidores públicos, aos servidores públicos das três áreas prioritárias, educação, mas principalmente saúde e segurança, e a necessidade que o Município tem de valorizá-los, de conseguir colocar essas pessoas no quadro para que não se extinga a função e, sem dúvida nenhuma, poder prestar melhores serviços à população.

Parabéns pela mobilização de vocês do concurso. Parabéns por estarem aqui brigando para poder pertencer ao quadro dos servidores, não só pela remuneração, mas pelo gosto da atividade pública e que não percam essa vontade e esse ímpeto que vocês, ao longo desses meses, demonstraram. Por isso, votamos favoravelmente à emenda e à subemenda, como fizemos na aprovação do Orçamento e continuaremos nos posicionando dessa forma. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu queria apenas, Ver. Mauro, falar que a nossa Bancada, do PT, toda vai votar pela derrubada do veto; não encaminhará para

agilizar os trabalhos, porque a construção política está bem positiva para aprovarmos a presença e o fortalecimento da Guarda Municipal nas políticas públicas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro, Vereadora.

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 16 ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Presidente Mauro Pinheiro, Vereadores, Vereadoras, eu já falei aqui que várias dessas emendas têm o seu mérito, e esta também tem o seu mérito, evidentemente. No entanto, a Emenda nº 16 foi aprovada aqui nesta Casa e não vetada pelo Sr. Prefeito. E essa Emenda nº 16 é do valor de R\$ 1,404 milhão. O que quis o Sr. Prefeito não vetando essa emenda aprovada? Quis que o R\$ 1,4 milhão vá recompondo a Guarda Municipal aos poucos, aquelas pessoas que se aposentam ou que chegam ao seu limite de idade, vai recompondo aos poucos o efetivo da Guarda Municipal. A subemenda vetada, do valor de R\$ 2 milhões – não tenho aqui o valor exato –, R\$ 2 milhões e pouco, foi retirada de vários locais, foi retirada especialmente da manutenção e modernização do serviço de segurança municipal. Ou seja, dá R\$ 2 milhões de um lado e tira R\$ 1,5 milhão da própria segurança. Qual é a vantagem? Está retirando dinheiro da segurança. Retirou mais ainda das ações educativas e preventivas de segurança, no valor de R\$ 50 mil. Retirou ainda mais R\$ 112.500,00 do monitoramento integrado de Porto Alegre. O que isso significa? Vou dar um exemplo: um grupo de moradores do Parque Minuano quer o monitoramento por câmeras lá naquela região, consegui uma verba federal para isso, uma verba de bancada de um Deputado, uma emenda parlamentar de um valor que não chega ao valor total do investimento. Então, a Prefeitura precisa recompor uma parte desse valor. E aí, retirando R\$ 112 mil do monitoramento integrado de Porto Alegre, vai evitar que a Secretaria de Segurança faça os investimentos na área de câmeras. E retirou do próprio DMLU – que foi dirigido pelo ilustre Ver. Carús – R\$ 450 mil das despesas normais daquele órgão. Ou seja, vão faltar recursos para o DMLU. Então, se for aprovada a emenda de R\$ 1,4 milhão e rejeitada a subemenda de R\$ 2 milhões e pouco, o que vai acontecer se a Prefeitura chamar todos os aprovados no concurso? Vai chegar ao limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, que já estamos no limite de 51%, o limite prudencial, e aí, provavelmente, se chegue, até o final do ano, aos 54%. E aí vocês sabem quais são as dificuldades que nós teremos. Claro que a emenda é importante, tem o seu mérito, mas ela retira valores do orçamento, impedindo vários investimentos, e ainda entraremos na ilegalidade da Lei de Responsabilidade Fiscal. Acho que os Srs. Vereadores têm a responsabilidade de evitar esse grave problema, essa grave ilegalidade. Achemos que a emenda aprovada de R\$ 1,4 milhão é o suficiente para que se chamem vários integrantes do novo concurso, recuperando aqueles que são aposentados ou que se tornam impossibilitados de pertencer à Guarda Municipal.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 16 ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, colegas. Eu acredito que vale destacar que, quando a gente fez o debate do orçamento, eu trouxe à tribuna uma das emendas que foram reprovadas de minha autoria que dizia respeito aos repasses que seriam da Carris para a segurança pública. No PPA, o Governo teria uma previsão de R\$ 10 milhões de gastos com a Carris, pediu para serem acrescidos mais R\$ 20 milhões, totalizando R\$ 30 milhões a serem repassados à Carris, uma estatal deficitária, como todos bem sabemos. Vale lembrar também que atualmente o orçamento de segurança pública do Município representa apenas 5% do que é o orçamento da educação, por exemplo, e em torno de 7%, 8% do que é o orçamento da saúde. Duas áreas importantes, de fato, mas sabemos que tão importantes como essas áreas é a segurança pública. Aliás, uma das prioridades que deveriam existir para o Estado brasileiro nas suas diferentes esferas é a segurança pública, é a segurança da propriedade privada, da vida e do convívio social na Cidade.

Portanto, não há como ser contra uma emenda deste caráter. Aliás, eu apoiaria emendas inclusive de maiores valores, uma vez que o próprio Governo não demonstra compromisso ao pedir recursos e aí não defender prioridades que alega ter para sustentar uma empresa estatal deficitária ou mesmo para aumentar o orçamento de Saúde e Educação alegando não ter recursos nem para fechar o caixa. Ou seja, se tem recursos para fazer gerenciamento na área de educação e saúde, é uma questão de prioridade, e eu diria que a prioridade deveria ser segurança pública, por isso o meu voto é a favor da emenda. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 16 ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, boa tarde, quero agradecer à Bancada do Partido dos Trabalhadores pelo espaço. Não tem como não falar das declarações do Secretário de Segurança, porque é uma pessoa muito preparada. Nós tivemos, no ano passado, um debate aqui na TVCâmara, e a minha primeira intervenção – os colegas concursados devem ter assistido a esse programa - foi que realmente as concepções conceituais do Secretário são as mais adequadas, as mais modernas, as mais atualizadas, em relação à sua fala enquanto trabalho de cooperação entre as várias instituições, o papel de uma Guarda cidadã, enfim, os temas mais atuais do policiamento comunitário. Então, realmente, do ponto de vista conceitual, pelo menos na fala do Secretário, temos acordo. O problema é que o próprio Secretário já lança uma cotação de empresas terceirizadas para fazerem o

trabalho de segurança no Município, sendo que nós temos um concurso aberto, em vigor. Agora há a ameaça desse concurso ser finalizado, sequer ser prorrogado por mais dois anos. Isso é lamentável. Nós sabemos daquela frase que o concurso é uma expectativa de direito, que não é um direito de nomeação. Mas nós estamos falando aqui de segurança pública, de um concurso, onde há uma comissão de concursados. Todos falam que a prioridade é segurança pública, e nós sabemos o quanto é estratégica a Guarda Municipal concursada. Esse é um dos serviços públicos essenciais. Veja bem, para entender de segurança e dar mais efetividade, numa ação estatal de segurança, tu precisas de um servidor com memória, com acúmulo e não de um trabalhador privado que, hoje está aqui, amanhã está em outra empresa, semana que vem está em Canoas, semana que vem está no Rio de Janeiro e não conhece a realidade daquela comunidade, das situações, das relações de poder, das pessoas que ali transitam. Então, vejam, nós não estamos aqui falando de um trabalho, por exemplo, como o de limpeza, sem nenhum demérito a quem trabalha com limpeza, mas a limpeza é diferente de um trabalho que tem relação com o pertencimento da comunidade, que tem relação com conhecer as pessoas, gerar vínculo, confiança. Quando a gente gera confiança, gera informação qualificada. A comunidade passa a confiar naquele agente de segurança e começa a fornecer informações – isso se chama inteligência; pode chamar de inteligência policial, mas é inteligência, que vem para dentro da Administração Pública.

Queremos lamentar muito que haja aqui falas e talvez votos, infelizmente, da bancada da base do Governo contrários à emenda que garante que alguns – não todos, infelizmente – dos concursados sejam chamados.

Também não cabe, com todo o respeito ao Secretário – publicamente, eu fiz este registro no nosso canal de televisão aqui da Câmara e faço agora – perguntar aos concursados ou dizer que muitos deles já estão trabalhando em outras atividades e que, portanto, não precisam ser chamados pelo concurso. É quase como dizer que chamá-los é quase prestar um favor para essas pessoas. Não. Essas pessoas estão se dedicando, estão optando por ser servidores públicos em vez de trabalhar na iniciativa privada. Isso, por si só, já é algo meritório, de ser reconhecido. Vocês estão dizendo que estão abrindo mão de uma carreira privada. Este é o conceito do servidor público, ele é um servidor público. Aliás, o termo funcionário público nem existe mais desde a Constituição de 1988. As pessoas são servidoras públicas. Elas estão dizendo que abriram mão de uma carreira, talvez muito mais lucrativa como é iniciativa privada, com todos os seus riscos, mas muitas vezes muito mais lucrativa, para se dedicarem ao bem comum, ao serviço público. Então, eventualmente, se algumas delas já estiverem trabalhando, pouco importa. O fato é que estão fazendo uma contribuição, se dedicando e se colocando à disposição para trabalhar pela Cidade.

Então, votaremos a favor da emenda e torcemos para que a emenda seja aprovada. Acho que é o mínimo, levar o discurso a sério. Se segurança se leva a sério, não venha aqui falar que é simplesmente uma questão orçamentária. Não, é uma questão de decisão política, e esta Câmara tem que decidir assim. Obrigado. (Palmas.)

Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 16 ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Ver. Mauro Pinheiro, na condução dos trabalhos, nosso Vice-Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias e também pela TVCâmara. Logicamente que, quando se fala na questão da segurança, todos os recursos que pudermos dispor para essa área são fundamentais. E logicamente que a nossa Guarda Municipal cumpre um papel fundamental na nossa Cidade e precisa, sim, Ver. José Freitas – que foi Secretário de Segurança –, dentro da capacidade econômica do Município, ser incrementada, sob todos os aspectos.

O próprio Governo Federal está lançando um programa de financiamento das guardas municipais, do ponto de vista de investimentos, para que tenham melhores condições de trabalho. Logicamente que também é necessário um incremento de efetivo.

Nós estamos aqui tratando, na verdade, de uma subemenda a uma emenda. E existe aqui uma questão de técnica legislativa, pois tínhamos uma emenda no valor de R\$ 1,404 milhão, que aprovamos. Depois, aprovamos uma subemenda a essa emenda, Ver. João Carlos Nedel, que foi o relator do orçamento, no valor de R\$ 2,112 milhões, um valor maior do que aquele da emenda. E aí, o que acontece? Essa subemenda não foi complementar à emenda; ela substituiu o dispositivo, tanto que, na redação final do texto aprovado, a emenda nem apareceu, porque não era uma subemenda que complementava a emenda, ela simplesmente substituía o valor. Então, aquela emenda que representava R\$ 1,404 milhão não existe mais, do ponto de vista legislativo. Ela foi completamente substituída pela aprovação da subemenda, que, logicamente, é um valor que o Executivo Municipal, mesmo não sendo impositivo, entende, em função já do déficit previsto de R\$ 708 milhões, o Executivo está entendendo que não adianta aceitar uma emenda de R\$ 2,102 milhões, porque não conseguirá cumprir esse valor. E logicamente que os líderes do Governo, juntamente com o Ver. André Carús, que é proponente da emenda original de R\$ 1,404 milhão, estão justamente buscando uma alternativa e consultando o Executivo, a fim de que se possa, daqui a pouquinho, estabelecer um valor intermediário com que o Governo se comprometa, já no exercício deste orçamento, a poder aplicar na busca de mais Guardas Municipais tão necessários para que se melhore a segurança pública na nossa cidade. O fundamental é sabermos exatamente do que estamos tratando. Se houver a manutenção do veto, nós não teremos nenhum valor, não volta a emenda, no caso; não volta a emenda, porque a emenda, com a aprovação da subemenda, deixou de existir, ela nem fez parte do texto original. Então era muito mais no sentido de ajudar no esclarecimento e na busca de uma alternativa que, com certeza, será ajustada aqui, em especial pelas lideranças do Governo e o proponente da emenda, que foi o Ver. André Carús. Muito obrigado. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 16 ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial, pelo Governo.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Presidente Mauro Pinheiro, colegas Vereadores e Vereadoras, todo esse tempo que nós estamos aqui solicitando que os colegas subam na tribuna é exatamente para tentar chegar a uma definição de como conduzir esse processo da melhor maneira, visando todo o interesse dos Vereadores, dos guardas, do Governo, da Casa como um todo. Infelizmente, a conclusão, em consenso, a que se chegou, não em relação à votação, mas em consenso, é que, se vetando a subemenda – e foi isso o que o Governo fez –, por consequência está vetada a emenda. Essa é a conclusão consensual de quem está estudando o assunto na tentativa de construir uma solução com equilíbrio. Isso ficou totalmente inviável, depois que a Câmara de Vereadores, na sua resolução final, encaminhou a subemenda para a apreciação do Executivo e o Executivo vetou a subemenda. Ou seja, conforme a nossa orientação, da PGM, da Secretaria da Fazenda e dos próprios Vereadores, que aqui estão trabalhando com afinco para encontrar uma solução equilibrada, fica totalmente inviável, pois, no momento que a PGM veta a subemenda, a emenda, infelizmente, cai. Isso é consenso, inclusive está no Parecer da CCJ, que foi trazido por um dos assessores da CCJ, do Dr. Thiago. Então, sendo assim, nós não temos alternativa de meio termo, a orientação do Prefeito, do Governo, a minha, como Vice-Líder do Governo, e do Moisés, como Líder do Governo, é pela manutenção do veto da subemenda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 16 ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs Vereadores, membros desta Casa, na semana passada, nós começamos a discutir aqui a questão do orçamento, e a primeira alegação do Governo é de que não tinha dinheiro. A segunda, é que foi bonzinho, pois aprovou um monte de emendas. Mas se não tinha dinheiro, por que aprovou um monte de emendas? Então, que não aprovasse nenhuma. E, se aprovou um monte de emendas, por que não aprovou as principais emendas para a cidade de Porto Alegre? Eu tenho certeza que essa da Guarda é uma das principais emendas para a cidade de Porto Alegre, eu tenho certeza que essa é um dos clamores da população de Porto Alegre. Agora, dizer que não tem dinheiro é muito fácil. Isso, geralmente, a gente faz com os credores. Isso, realmente, a gente faz, o pai passa para o filho nos fins de semana, quando o filho fica incomodando em casa, quer sair sexta, sábado e o pai diz “não tenho dinheiro, não tenho dinheiro”. Quando a gente quer, no final de ano, trocar de carro, alguma coisa assim, a gente faz isso aí. Agora a Prefeitura quer acumular dinheiro para quê? Não faz a poda, não faz a capina, diz que criança não

pode repetir a merenda, porque o Prefeito não gosta de pobre. Acabou com o carnaval, interveio agora no Conselho Municipal de Saúde; aumentou a passagem de ônibus; promete retirar 50% da segunda passagem. Só que a Prefeitura arrecadou somente agora, no início de janeiro, R\$ 364 milhões a mais, um acréscimo de 29,91%, relativo ao ano passado. O IPTU em Porto Alegre, referente a janeiro do ano passado para este ano, subiu 45%, e a Prefeitura quer mandar para cá a correção das plantas de IPTU. Porto Alegre é a terceira capital em receita tributária por pessoa, é a terceira capital no Brasil em receita tributária *per capita*. Porto Alegre é a capital com maior variação acumulada de IPTU entre as capitais. E aí o Prefeito está toda hora chorando que não tem dinheiro, não quer aprovar a emenda do Ver. Carús, e aí vem com argumentos de substitutivo para não aprovar, usando uma artimanha que, quando publicou as emendas aprovadas, lá não incluiu a emenda no Ver. Carús. Dinheiro tem! E esses números aqui não são meus, não são da minha assessoria; são da Fazenda do Município, são dos servidores do Município, estão no Portal do Município. A Prefeitura tem dinheiro, sim. O Prefeito que pare de guardar dinheiro não sei para o que e libere dinheiro para pagar mais guardas para a cidade de Porto Alegre, para ajudar a proteger a população. O Prefeito que libere mais dinheiro para a merenda escolar. O Prefeito que explique para a Câmara onde está o fundo de transporte do Município da bilhetagem.

Nós encaminhamos, Ver. Carús, para que a Câmara de Vereadores derrube o veto. Já que não prova que a emenda aprovada vale, derrubamos o substitutivo. Então a Câmara mantém clareza do projeto, mantém o que realmente vale, a contratação de mais guardas municipais. A Câmara mantém o que foi dito na campanha eleitoral. Queria jogar pesado... Durante todo o seu mandato, ia trabalhar para ampliar a segurança pública, ampliar a Guarda Municipal, ampliar a sensação – e não somente a sensação – de segurança da população, ampliar os limites da Guarda Municipal, o acesso da população à segurança pública. Nós queremos, de fato, que a cidade de Porto Alegre se torne uma cidade mais segura, com ampliação dos efetivos da Guarda Municipal, então encaminhamos para que seja derrotado o veto do Sr. Prefeito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 16 ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. MOISÉS BARBOZA: Boa tarde, Sr. Presidente, colegas que nos acompanham. Eu subi a esta tribuna porque acho que tem um detalhe, e a gente está discutindo aqui há dias e dias. Eu já falei sobre a falta de recursos do orçamento, porque a gente sabe que existe um déficit de mais de R\$ 300 milhões. Falei sobre o projeto Adote, que ninguém aqui é contra, assim também em relação ao carnaval, à Semana Farroupilha, a recursos para Parada Livre – ninguém aqui é contra essas atividades

importantes para a Cidade, mas, infelizmente, temos uma crise e um orçamento com mais de R\$ 300 milhões de dívidas.

Quero falar exclusivamente para o pessoal que está aqui acompanhando, eu os conheço, eu os recebi, tenho admiração e respeito pelo pessoal que fez o concurso para a Guarda. É importante que se tenha transparência com as pessoas que estão aqui, não só com o pessoal da Guarda, mas também com as dos outros projetos. Se, eventualmente, o veto do Prefeito for mantido, não significa que a Secretaria, os Vereadores, o Prefeito, não estejam fazendo o máximo de esforço para convocá-los. Pode acontecer de o veto permanecer e alguns concursados serem chamados. Agora, existe a responsabilidade de se dizer que faltam recursos. O Executivo tem que dizer que não há o recurso. Como também, se o veto for derrubado, infelizmente, nós também não temos a segurança e a certeza de que os concursados serão chamados, pelo mesmo motivo do veto, faltam recursos. Isso precisa ser dito. Todos nós queremos uma Guarda preparada, mas é preciso que se diga, para daqui alguns meses não dizerem que nós votamos e que o recurso não foi disponibilizado e não chamaram os concursados. Preciso fazer essa ressalva por transparência e responsabilidade. Independentemente de o veto ser derrubado ou mantido. Infelizmente estamos nessa situação.

Eu ouvi aqui dizerem que: “Vamos pelear para termos a emenda, porque teremos um Orçamento que vê a Cidade”. Espero que o Vereador que disse essa frase também se dê conta de que pelear pelo Orçamento é pelear para que a receita seja superior à despesa, e não o que a gente vê nos últimos anos, fazendo justiça ao governo Fogaça, que teve dois anos e a despesa coube dentro da receita. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal a Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 16 ao PLE nº 024, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** a Subemenda nº 01 por 25 votos **SIM** e 05 votos **NÃO**. Rejeitado o Veto Parcial.

Em votação a Emenda nº 25, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 25, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial, como autor.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha nesta tarde, quero saudar todos aqueles que, de fato, nos acompanham pelo Canal 16 e dizer da importância que tem a nossa posição com relação ao orçamento municipal, à peça orçamentária que vai gerir recursos para programas importantes, dentre os quais um aqui que nós derrubamos: o veto com relação à área de segurança, à Guarda Municipal. Uma das poucas prerrogativas ou iniciativas que nós, Vereadores e Vereadoras, temos para destinar recursos a programas ou ações importantes da nossa Cidade é feita pela peça orçamentária. Qualquer outra iniciativa que possamos ter obrigando o Executivo a implementar recurso é uma iniciativa inconstitucional, portanto é inorgânica. Aqui está uma série de ações de

Vereadores e Vereadoras que percebem que algum programa do Município ou uma ação muito pontual não está funcionando a contento, então eles destinam recurso para tal.

A Emenda nº 25, que trabalha com a questão da saúde, não é diferente das demais. O Governo Municipal criou o programa na Saúde de horário estendido, isto é, das 19h às 22h. Neste caso, é na Unidade de Saúde São Carlos, onde há um atendimento hoje de dia e um outro atendimento das 19h às 22h, e carece de uma ampla e pontual reforma essa unidade de saúde. O acolhimento aos cidadãos e cidadãs na unidade de Saúde São Carlos precisa de uma reforma, e nós achamos importante destinar 300 mil reais para a revitalização desse espaço. Não estamos falando qualquer coisa, estamos tentando dizer para o Governo que, em relação àquela ideia que ele implementou, no projeto carece de implementar uma reforma de infraestrutura para acolher melhor os cidadãos e as cidadãs atendidos pelo SUS naquela unidade de saúde.

Queria pedir aqui a colaboração dos nobres Vereadores e Vereadoras para mostrarmos ao próprio Governo que, em não aceitando isso, a própria Secretaria, através da rubrica que ela possui, não tem – já disse aqui na prestação de contas na Câmara – recursos para fazer essas reformas. Aliás, não fez em nenhuma unidade de saúde até então reformas em Porto Alegre. No ano de 2017, em termos de ampliação de serviços, a não ser os prontos atendimentos e os horários atendidos, não houve reforma em nenhum lugar. O Governo Municipal, através do Secretário, até teve um enorme esforço e tem ido visitar as unidades de saúde, ao Programa de Saúde da Família. Mas, infelizmente, ele, ao receber uma série de demandas, percebe claramente que a falta de servidores, que a falta de medicamentos, que a falta de consultas de especialista e a falta de leitos são uma realidade na cidade de Porto Alegre. Agora imaginem que um simples recurso que vai ajudá-lo a fazer um atendimento mais adequado, humanizado numa unidade de saúde, ele sancionou, mas baseado em quê?

Então, eu queria pedir a colaboração dos nobres Vereadores para derrubarmos este veto, porque é de fundamental importância. Pessoal, em todos os atendimentos de horário estendido que o Governo implementar é necessário readequar essa estrutura, e aqui são apenas R\$ 300 mil para readequar essa estrutura que já existe, mas que não está a contento da necessidade da população, porque nem ar-condicionado tem. Faço aqui um apelo aos nobres Vereadores para que possamos votar derrubando o veto e atendendo a uma necessidade dessa Região Leste, da Unidade de Saúde São Carlos, que já é de horário estendido, que o Governo Municipal implementou em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal a Emenda nº 25, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** a Emenda nº 25 por 12 votos **SIM** e 13 votos **NÃO**. Mantido o Veto Parcial.

O SR. ADELI SELL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação da Emenda nº 86, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação a Emenda nº 86, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 86, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial, como autora.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu queria só justificar por que nós pedimos antecipação. É porque vários Vereadores querem votar conosco a emenda, e, ao mesmo tempo, porque nós vimos que, há quatro sessões, a Ages, os escritores, as escritoras, os professores e as professoras, assim como os guardas municipais – aliás, eles merecem nosso cumprimento diante dessa importante vitória e dessa mobilização em defesa da segurança pública, a partir da emenda do Ver. André Carús –, estão se mobilizando para que a gente possa fazer esse debate do Adote. Como bem disse o Ver. Reginaldo Pujol, é uma emenda da Frente Parlamentar, da maioria da Comissão de Educação, que já foi amplamente debatida nesta Casa, que foi apresentada pelos escritores da Ages durante a tarde de hoje.

Eu queria encaminhar não usando os cinco minutos pela convicção de que é possível que haja uma ampla maioria de Vereadores que permita que Porto Alegre consagre no seu Orçamento esse recurso e que, sobretudo, tenha uma vontade política de manutenção e na defesa do direito de formar novos leitores, que é o que nós queremos com o Adote, um programa premiado, muitas vezes, pela qualidade literária. Aliás, o Ver. Cassiá Carpes trouxe na tribuna, na semana passada, um dado da Unesco, dizendo que o Brasil vai demorar mais de cem anos para combater a desigualdade informacional e o analfabetismo funcional. Cortar programas, como o Adote o Escritor, só reproduz esse ciclo de ausência de políticas de leitura, de diminuição de novos leitores, de desmonte das nossas escolas. Por isso queremos encaminhar favoravelmente à Emenda nº 86 e pela derrubada do veto do Governo Marchezan. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Só temos um apelo para fazer, não vamos falar novamente, queremos que todos, juntos, construamos esse lindo investimento na educação e na cultura.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal a Emenda nº 86, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** a Emenda nº 86 por 21 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**. Rejeitado o Veto Parcial.

Em votação a Emenda nº 28, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 28, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial, como autor.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Quero saudar aqui o nosso Presidente, os colegas Vereadoras e Vereadores. Como os senhores podem observar, foram várias as emendas vetadas pelo Governo Municipal. Ver. Tarciso, esta emenda dialoga com a área do esporte, porque, na verdade, o pouco recurso destinado para essa revitalização da praça, onde consta ali uma cancha de esportes, é exatamente para dar mais segurança aos adolescentes lá no alto do Morro da Cruz. Todos os Vereadores conhecem muito bem. Essa revitalização dialoga com o telamento, a iluminação, a colocação de brinquedos, e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente tem uma estrutura e um programa especial para isso, só diz que não tem recursos. Nós estamos colocando aqui R\$ 100 mil exatamente para dialogar com o Governo, e é o que ele fala, temos que colocar, pedir recursos para poder revitalizar esse espaço. Nós sabemos que em cada comunidade, se não tiver espaços que oportunizam à comunidade se reunir, promover várias atividades que dialogam com o esporte, com inúmeras atividades que são comemorativas, seja Páscoa, Natal, não tem como segurar a juventude na sua comunidade.

E o Governo, sei lá o que ele está pensando, imagino que talvez, por ser uma emenda do PT, acaba vetando essas iniciativas que vêm para o plenário, como aconteceu agora na questão da área da Saúde. Nós fizemos um enorme esforço para poder botar um pouco de recurso para melhorar o atendimento médico, aqui para revitalizar um espaço de cultura e de lazer, mas de jeito nenhum, parece que a pedra é dura demais. Quem sabe um dia, de tanto bater, ela pode furar; ou podemos sensibilizar as mentes dos Vereadores e do Prefeito para que isso aconteça na comunidade de Porto Alegre, porque o abandono é geral. Não são só os Vereadores falam isso, o abandono da Cidade é geral, e dos programas também. Então, mais uma vez faço esse apelo para que derrubemos o veto para poder contemplar o mínimo de dignidade a esses cidadãos que moram nessa comunidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 28, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Vereadores e Vereadoras, todos os que nos assistem, Presidente Ver. Mauro Pinheiro; no Morro da

Cruz, a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, junto com o Vice-Presidente Ver. Reginaldo Pujol, Medina, Ver.^a Sofia... A minha luta é pelas praças, pelas quadras, Oliboni, pelo seu cercamento, e no Morro da Cruz nós temos uma demanda pequena para arrumar aquela quadra. Eu, que luto tanto pelo esporte, pela educação e pela cultura, jamais poderia deixar de votar a favor desta emenda, e é uma demanda da Comissão de que faço parte, de que sou Presidente. Seria uma incoerência muito grande minha votar contra. Eu não consigo votar contra o esporte, a educação e a cultura, que é a bandeira que defendo. Eu sei o quanto são importantes!

Para termos menos violência... Ver. Bosco, a gente sabe como é importante para aquela quadra, para aquela comunidade... Lá no Morro da Cruz, o pessoal que mora no entorno dessa quadra dizia que as bolas batiam e quebravam o telhado, e as pessoas não têm dinheiro para repor todos os dias os telhados. É uma demanda muito grande que esta Comissão tem, de arrumar e telar essas quadras. Isso que eu tenho outras demandas de outras praças em outras comunidades, pedindo que fosse colocado tela para que as crianças pudessem ter seu divertimento, seu lazer depois do colégio. Nós pedimos tanto... Este País está em uma insegurança muito grande. Se nós, daqui para frente, não começarmos a pensar que o futuro deste País são as crianças nos colégios, no campinho, jogando seu futebol, fazendo dança, jogando berimbau – esse é o futuro deste País! Gente, nós vamos deixar as praças sem tela, as escolas caírem, aumentar o índice de violência neste País; depois será difícil consertar.

Então, este é o momento de o Brasil passar a limpo. Vamos diminuir um pouquinho menos essa corrupção enorme que está aí, vamos agora olhar por esse povo que sofre tanto, que levanta às 5 horas e que quer ver seus filhos na escola, jogando seu futebol; vamos olhar um pouco para esse povo que luta por este País, que faz o Brasil ser grande. Chegou o momento de todos nós, não só os políticos – falo sobre a corrupção em geral, quem corrompe, quem é corrompido –, chegou o momento, gente... Ou queremos um País de violência, um País em que tu não sabes se vai ou se volta, ou queremos um País em que podemos ir para o trabalho, sabendo que nossos filhos estão praticando esporte ou na sala de aula? Era isso, Ver. Oliboni. Por isso, para mim é difícil votar contra a educação, o esporte, a cultura e o lazer. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 28, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. CASSIÁ CARPES: Quero saudá-lo, Ver. Mauro, na presidência dos trabalhos; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Nós não precisaríamos estar discutindo essa questão porque, às vezes, uma questão... Olha, eu fico impressionado: tem que fazer um projeto para reformar telas de duas praças? Isso realmente é lamentável. Isso aqui nem é lapso do Prefeito, é falta de Secretário! É incompetência! É incompetência do Secretário correspondente a essa área. Eu fiquei esperando para organizar, Tarciso,

uma quadra, que era só para pintar a linha de futsal, para uma gurizada de uma escolinha que estou ajudando, fazia um ano já de espera, e acabei dando a tinta para eles pintarem no final de semana. Eu vou trazer as fotos amanhã aqui para vocês verem a diferença da quadra pintadinha, com a risca; é impressionante, uma coisa simples! Agora está lá a tela, que tem que espichar. Ninguém se interessa em arrumar coisa simples. Então é lamentável o desleixo com as coisas simples de se fazer. O que falta, na verdade, são Secretários capazes de ter iniciativas, porque o que não tem são iniciativas. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 28, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Colegas Vereadores, público que nos assiste em casa e nas galerias, eu tenho dito aqui que o Prefeito realmente não gosta de pobre, porque disseram que deram quarenta e poucas emendas e que ele não tinha dinheiro. E aí, quando é na hora de dar dinheiro para comunidade pobre, carente, para as crianças terem uma atividade, para o pessoal ficar envolvido na comunidade, aí não pode dar! Aí diz que não tem dinheiro, que não tem 100 mil. Mas usa um monte de dinheiro para fazer o “Despacito” no bairro, para ficar, no final de semana, Ver. Robaina, dançando Despacito no bairro.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz .)

O SR. CLÁUDIO JANTA: O cara paga – isso aí, Ver. João Bosco – para ser xingado nos bairros de Porto Alegre, porque lá não tem capina, lá o mato está tomando conta, as praças estão todas atiradas. Paga mais de 100 mil para exibir o filme disso, é do tempo do Oscarito e Grande Otelo, Mazzaropi, quando exibiam esses filmes. Aí veta uma emenda de R\$ 100 mil que prevê dignidade para as pessoas de um bairro pobre, porque não gosta de pobre – o Prefeito não gosta de pobre.

O Prefeito intervém no Conselho Municipal de Saúde, que é o conselho que fiscaliza a gestão da saúde de Porto Alegre; o Prefeito mandou para o Conselho Municipal de Transporte uma passagem de R\$ 4,30, e foi “bonzinho” porque tirou 50% da meia passagem, sendo que o reajuste dos rodoviários foi de 1,8% da inflação, sendo que o salário dos rodoviários compõe 50% do cálculo da tarifa. Então, os outros 50% não dariam os seis e pouco que dá esse 1,30, onerando a população de Porto Alegre. Ele quer aumentar o IPTU – isso ele fala em tudo que é lugar; quer acabar com a FASC, isso ele fala em tudo que é lugar, já falou duas ou três vezes, quer extinguir a FASC, diz que a FASC não serve para nada; quer tirar direito dos servidores públicos; quer tirar os cobradores de ônibus; quer tirar o direito das pessoas com deficiência; quer tirar o direito dos estudantes. Quer tirar o direito de todo mundo!

E ele quer aglutinar recursos dentro da Prefeitura, para quê? Ninguém sabe. Porque não arruma os buracos da Cidade, não faz capina, não desentope bueiro, proibiu as crianças de repetir merenda porque diz que vão ficar gordas e obesas, não quis dar dinheiro para a leitura, nada quer fazer. E aí diz que não faz porque não tem dinheiro, e comprovadamente a cada dia se vê que dinheiro tem na Prefeitura, dinheiro há na Prefeitura, dinheiro existe na Prefeitura! E veta uma emenda de R\$ 100 mil que é para melhorar a vida das pessoas que moram na periferia de Porto Alegre.

Então, acho que nós não podemos permitir isso. Foram liberados milhões para várias emendas, por que não liberar o R\$ 100 mil para melhorar a vida das pessoas que querem um pouco de dignidade? E muitas vezes é o conforto dessas pessoas, muitas vezes é seu único divertimento, como é, com certeza, o carnaval para as pessoas de Porto Alegre, que não queriam o dinheiro, somente a infraestrutura. Somente queriam a infraestrutura, que é a parte do Governo de Porto Alegre, que não foi dada para a procissão dos Navegantes, não foi dada a sua parte para nada que ocorre em Porto Alegre. Porto Alegre é uma Cidade que está morrendo para o turismo, está morrendo para o serviço, está morrendo para o seu povo, para a população de Porto Alegre, mas esta Casa não vai permitir que isso aconteça. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação a Emenda nº 28, destacada, ao PLE nº 024/18, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** a Emenda nº 28 por 13 votos **SIM** e 09 votos **NÃO**. Mantido o Veto Parcial.

Em votação a Emenda nº 54, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 54, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial, como autor.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero apenas explicar que esta emenda que aprovamos é de autoria da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, com a compreensão de que o Ver. Moisés, então membro da Comissão, não assinou na época por razões naturais, óbvias do Governo, mas os demais integrantes da Comissão de diversos partidos, inclusive V. Exa., Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Freitas, entre outros, foram signatários desta emenda. Eu quero aqui só fazer o registro de que nós temos a oportunidade de manter ou encerrar uma das políticas de inclusão social ou ambiental mais importantes da cidade de Porto Alegre, que é o apoio que a Prefeitura fornece por meio de convênios às unidades de triagem. (Palmas.)

Vale lembrar o seguinte: essas unidades de triagem são as que recebem cem por cento do resíduo oriundo da coleta seletiva. E nós aumentamos, Ver. Robaina, a coleta seletiva na última gestão para que ela alcançasse, além de cem por cento dos bairros, cem por cento das ruas da Cidade, o que repercutiu no incremento de renda para essas pessoas, que, se não tivessem essa oportunidade, estariam à margem da sociedade, no desemprego, vítimas de violência, reféns da criminalidade e sem condições de

manter o sustento das suas famílias. Os catadores que estão lá hoje atuando junto às unidades de triagem são os verdadeiros agentes ambientais da nossa sociedade, porque o cidadão não separa e não destina de maneira adequada o seu resíduo, porque, se o fizesse, o percentual de reciclagem de Porto Alegre seria muito superior ao que nós temos hoje. E serviço não falta, porque – disse há pouco – cem por cento das ruas e dos bairros de Porto Alegre recebem a coleta seletiva.

Então, esta emenda é um divisor de águas. Sendo mantido o veto, nós corremos o risco de esse programa, que é um ativo histórico da nossa Cidade, acabar. Nós corremos esse risco. Amanhã, quando os convênios forem encerrados, essas pessoas que estão vinculadas às unidades de triagem vão voltar para rua, puxar carrinho, carregar carroça e praticar a reciclagem na clandestinidade. Perguntem ao Ministério Público, à Procuradoria de Defesa do Meio Ambiente, ao Tribunal de Contas, perguntem a todos os órgãos que conhecem, ao Ministério do Meio Ambiente, aos órgãos públicos de diferentes esferas se reconhecem que esse é um ativo social e ambiental, porque – justiça seja feita – não começou na gestão anterior. Foi qualificado, foi melhorado com o programa Todos Somos Porto Alegre, mas teve início ainda nas Administrações da Frente Popular e foi continuado. Não há por que encerrá-lo, porque as pessoas, não tendo esses convênios, não terão condições de fazer a manutenção dos espaços físicos que ocupam. Nós não podemos retroceder na construção de uma cidade mais limpa, sustentável, ambientalmente correta e que promova qualidade de vida para as pessoas e também não podemos jogar essas pessoas de maneira insensível na marginalidade.

Este é um apelo que faço aos colegas Vereadores da base do Governo, da oposição, aos independentes: que apoiem esta emenda da COSMAM. Precisamos manter esse programa, esse convênio. Essas pessoas têm não como renda suplementar, elas têm na atividade que desempenham, lá nas unidades, o único recurso disponível para a sua vida. E vale lembrar: este recurso, na emenda, Ver. Bosco, não é o recurso investido na repartição dos lucros dos catadores; esse é um recurso para a manutenção da atividade, para a manutenção do espaço, para que elas possam continuar recebendo o resíduo da coleta seletiva e tenham condições de triá-lo e comercializar junto à sociedade e aos seus clientes. Este é um apelo social. Promoção da justiça social passa por atender os três vetores da sustentabilidade – o econômico, o social e o ambiental. Essa emenda cumpre esse papel. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 54, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde, especialmente aqueles que estão aqui preocupados com a nossa Emenda nº 54, eu sou Vereador desde

1989, há quase 30 anos – falta um –, e desde lá, quase 30 anos atrás, ainda com o Prefeito Olívio, é que se implantou em Porto Alegre a reciclagem mais consistente, de fato, a reciclagem do nosso resíduo da Cidade.

Todas as vezes que aqui na Câmara ou em qualquer lugar se conversa sobre a reciclagem, eu tomo a liberdade de falar, conversar um pouco, porque eu vejo a reciclagem como uma importância excepcional. Vejam o seguinte: lamentavelmente, o povo de Porto Alegre, meu caro Ver. Alex e professor, ainda não aprendeu, a maioria do povo de Porto Alegre ainda não aprendeu os benefícios que se faz à Cidade com a separação do que é orgânico daquilo que não é orgânico, e se insiste – a separação, 30 anos depois, ainda é baixíssima. Nós poderíamos reciclar duas, três vezes mais. Insiste-se, e o nosso povo, lamentavelmente, a maioria prefere misturar tudo e atirar por aí, jogar nas valas e sabe lá Deus onde.

Há 30 anos eu venho insistindo neste tema. Repito: ainda hoje nós temos uma deficiência lamentável. E aproveito para registrar sempre a mesma história sobre a frente da minha casa. Lá em casa, eu faço o seguinte: reciclo o resíduo, e nós colocamos num saco azul. Aparece alguém lá coletando e quer levar para casa só garrafa pet, ele abre o saco, tira a garrafa pet, e o resto esparrama pela frente da casa. No outro dia, vem outro que só quer garrafa, abre o saco, pega vidro, e o resto esparrama pela frente da casa. A reciclagem é fundamental, e vocês, que atuam nos espaços de reciclagem, prestam um serviço de primeiríssima, sob todos os aspectos.

Para concluir, vou votar favoravelmente a essa questão e quero registrar que, se nós não tivermos um mínimo de programa sobre isso, cada vez mais pessoas despreparadas ou menos incentivadas vão fazer aquela rasgada de saco e retirar. Portanto, vamos selecionar o resíduo, vamos destinar para os nossos galpões e estaremos ajudando as pessoas, a Cidade, o meio ambiente, gerando renda e fazendo com que se possa viver bem melhor. Aquele abraço e obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 54, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, queridos e queridas recicladoras e recicladores, trabalhadores dessa área fundamental para a vida da Cidade que gera renda, gera vida, gera autonomia, em especial para a grande maioria mulheres, por incrível que pareça, que atuam na reciclagem na cidade de Porto Alegre. Agradeço aos Vereadores Aldacir Oliboni, Adeli Sell, Marcelo Sgarbossa – que milita na área, que contribui na área –, que permitiram que eu pudesse falar em nome do PT. Essa emenda foi construída pela COSMAM, que é uma comissão que acolhe um trabalho que é tão marginalizado e tão desprestigiado pelo Governo, que é tratado como caso de Polícia quando há um esforço de alguns galpões no sentido de organizar uma forma de buscar os resíduos porque não recebem o

suficiente e porque vêm reduzindo as cargas que têm sido entregues nos galpões de reciclagem. E é criminoso, Ver. Adeli Sell, porque, quando o Governo vai recolher, ele paga todo o custo. As empresas só lucram. Elas têm todo o custo do caminhão, do percurso, do pessoal pago pelo Governo, que é muito mais caro do que apostar e investir no processo de autonomia das comunidades junto aos galpões de reciclagem. E nós temos visto que os galpões têm sofrido degradação na condição física, de recolhimento, de suporte ao trabalho exaustivo, trabalho perigoso, porque o lixo chega cheio de impureza, com elementos cortantes, as pessoas expostas à chuva e ao vento, com cozinhas mal equipadas, a maioria, porque não tem como, pela renda, que tem sido muito baixa e tem reduzido por causa da falta do produto, por causa de um produto inadequado, por falta de educação do povo para reciclar direito, de forma correta, tem sido piorado, degradado o produto fundamental para quem atua nos galpões de reciclagem. Portanto, essa renda é baixa, sequer sustenta as famílias, que dirá poder investir no espaço de galpão nas condições de trabalho. E deveria ser um investimento público e com qualidade à altura da dignidade do trabalho que vocês fazem.

(Aparte antirregimental do Ver. Adeli Sell.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Adeli, não é possível aparte. Desculpe-me, mas considero que estás falando junto comigo e agradeço a precedência que tive. Quero acrescentar que a nossa Cidade foi precursora, foi vanguarda em terminar com os lixões. Nós temos cidade neste País ainda em que as pessoas reciclam em cima do lixão, com o lixo está misturado. Infelizmente houve um retrocesso brutal, por exemplo, no lixo do Centro, em que os catadores têm que abrir aqueles contêineres para separar, porque as pessoas são induzidas a misturar lixo orgânico com seco. E foi enorme o investimento nos contêineres, deveria ter sido pensada a separação do lixo, um contêiner para o lixo seco, o que favoreceria os nossos valorosos e guerreiros recicladores.

Portanto, Ver. André Carús, toda a COSMAM, parabéns por construírem essa emenda. Vamos derrubar o veto! Longa vida, vitalidade aos recicladores, tão importantes para a nossa Cidade! Viva as mulheres recicladoras! E viva o meio ambiente!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. ADELI SELL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Solicito a abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Adeli Sell. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Oito Vereadores presentes. Não há quórum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h11min.)

* * * * *